



“Lobby”. O que é. Como se faz: ética e transparência na representação junto a governos

Saïd Farhat
Editor: Paulo Nassar e Renata Borges

São Paulo, SP:
Aberje Editorial/Peirópolis, 2007
512 páginas

Resenhado por:
Mariângela Haswani

- Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (Prolam-USP)
- Docente no Curso de Relações Públicas e no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)
- Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP
- Graduada em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero (Facásper)
- Desenvolve pesquisa em comunicação pública na Universidade de São Paulo
- haswani@usp.br

Interesses, interessados e interesseiros

Interests, interested
an crafty interested

Intereses, interesados
e interesados parásitos

Um lobista, um assunto ainda pouco estudado, cenários governamentais, políticos, organizações civis assistenciais, companhias privadas em defesa de suas conveniências, 511 páginas e uma obra única no Brasil: *Lobby. O que é. Como se faz* ocupa uma lacuna na produção editorial do país, destinada a interessados e até a interesseiros. Não se trata de produção acadêmica, aproximando-se mais dos bons manuais, que fornecem ao praticante ou usuário as informações indispensáveis à compreensão da rotina, dos mecanismos que agilizam o processo e das armadilhas ali contidas.

Para a ciência jurídica, interesse é o direito que as pessoas têm de obter vantagem de alguma coisa. O turista que procura dias ensolarados para o passeio na praia, o consumidor que compara preços em diversos estabelecimentos antes de comprar o produto ou pechincha para conseguir um preço mais baixo, a empresa que seleciona um empregado entre dezenas de candidatos à vaga, todos desejam tirar vantagem de alguma situação. Esse é, de fato, o caráter do *lobby*, quer seja praticado por entes privados ou públicos.

Para Harold Lasswell, as definições de interesse público e de interesse privado devem ser dimensionadas em cada contexto social, político, econômico, religioso, administrativo ou cultural, mas com vínculo a processos de escolha ou decisão, inclusivos ou exclusivos. Esse ponto de vista é bastante aplicável ao Brasil, onde as condutas nada louváveis que historicamente acompanham a defesa de interesses privados junto às instituições estatais resultam em um rosário de contas pejorativas; lembram contravenções, crimes, suborno, corrupção – uma espécie de “síndrome da mala preta”, aquela que traz dinheiro vivo – geralmente privado – para comprar a anuência de legisladores e administradores governamentais. É o acertado contexto em que a obra transcorre. Diz o autor: “Com as variações decorrentes da cultura de cada lugar, povo ou país, a ideia de *lobby* é a mesma em quase toda paragem. Compreende a identi-

ficção dos direitos – públicos, associativos, comunitários, municipais, estaduais, regionais, empresariais, trabalhistas, corporativos, setoriais, assistenciais, profissionais etc. – e sua defesa por um lobista” (p. 77).

Saïd Farhat traz o conteúdo que pode ser considerado uma peça didática, capaz de reposicionar os conceitos equivocados do senso comum, por meio de relatos de sua própria história como lobista e receitas para a boa operação do convencimento. Para tanto, organiza o texto em quatro partes e uma introdução – esta situando o autor no universo do *lobby*, desde os primórdios da sua atuação.

Um dos fundamentos da atividade são os grupos de interesse e de pressão, mais ou menos ruidosos, prontos para mobilizar a sociedade ou setores dela em torno de um assunto, atuando como força motriz da vontade de quem decide. É um trânsito de múltiplas direções: do governo para a sociedade, da sociedade para o governo, de setores privados para o setor público, de setores privados para setores privados e as combinações possíveis entre esses e outros caminhos. Quando a indústria farmacêutica visita médicos para apresentar as vantagens de novos medicamentos, atua como grupo de pressão discreto; quando militantes do Green Peace tomam uma embarcação que pratica pesca predatória e nela posam nus, ostentando uma faixa de protesto, ecoando na mídia internacional, atuam ruidosamente. Na parte B, a única conceitual do livro, Farhat traz, em detalhes, as características e o âmbito de atuação dos grupos de interesse e de pressão; estabelece os fundamentos do relacionamento entre as partes envolvidas no *lobby*, com destaque para a ética, fronteira delimitadora da defesa legítima de interesses.

Nesse ponto, era de se esperar uma postura crítica, apontando os descaminhos tão comuns nas denúncias da imprensa brasileira. Afinal, não se passam duas semanas sem um novo episódio envolvendo relações escusas e arbitrariedades interesseiras que poderiam se resolver de outro modo, com a prática do *lobby*. Mas Farhat mantém a objetividade dos relatos, furtando-se à tentação opinativa. Ele deixa para o leitor a missão de extrair do texto seus próprios juízos de valor.

A primeira e as duas últimas partes constituem, juntas, uma aula bem programada. As definições de *lobby*, da lavra de diferentes autores, e as possíveis abordagens do assunto compõem a abertura da obra.

A parte que apresenta “Quem faz *lobby* no Brasil” qualifica as frentes de atuação do lobista, classifica os interesses a serem defendidos e, ainda, alinhava conceitos dos grupos de pressão com as ações afins a cada um deles. E, nessa espécie de cartilha, apresenta dez regras, como mandamentos realistas, ensinando o passo-a-passo do dia a dia profissional, arrematando com um excelente capítulo sobre *lobbies* históricos, todos referentes a casos políticos, governamentais e eleitorais – alguns recentes e muito conhecidos como a campanha das “Diretas Já”, outros históricos, como a pregação constitucionalista.

“Brasília e os novos senhores de baração e cutelo” encerra a obra. Ali, o autor descreve aspectos interessantes da capital federal, como um alerta materno para os riscos da ingenuidade no trato com os poderosos. Afinal, desde os anos 1980, um projeto de lei de Marco Maciel que propõe a regulamentação do *lobby*, no Brasil, permanece nas gavetas do Congresso Nacional.

Apesar da aridez do tema, a organização em pequenos entretítulos e a linguagem simples favorecem a fluidez na leitura e a clareza do raciocínio é favorecida nessa composição. Além dessas virtudes, o pioneirismo na abordagem do tema faz do livro uma espécie única no Brasil.